



Sindicato denuncia ao MTE mais uma empresa por contratação irregular

A fiscalização do Sindicato em todos os postos de trabalho de Petrópolis e região continua. Por isso, nesta quinta-feira (23/03), a direção da entidade protocolou uma denúncia na Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Petrópolis, contra a empresa Prosegur Transporte de Valores e o Banco Itaú-Unibanco por contratação de vigilante em regime parcial com salário diferenciado. A medida fere a legislação trabalhista e a Convenção Coletiva de Trabalho. O Sindicato pediu uma mesa mediação com as empresas.

Esse tipo de contratação serve para precarizar o trabalho e degradar o trabalhador que é imposto à realização da mesma atividade, porém sem os benefícios e direitos de um vigilante com carteira assinada. Além disso, o trabalhador fica vulnerável sem a cobertura de diversos benefícios que o protegem. A medida também é conhecida como vigilante horista.

A discussão sobre a contratação por regime parcial já foi discutida entre sindicato e empresários nos anos anteriores. A direção do Sindicato, portanto, não concordou com o regime de contratação, por isso, se torna ilegal este tipo de contratação, uma vez que não está

previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria na base do Sindicato.

O vigilante que se encontrar nesta situação deve denunciar ao Sindicato. O sigilo é garantido. Com a denúncia, o Sindicato poderá fiscalizar as empresas e garantir os direitos dos trabalhadores.

Fonte: Imprensa SindVig Petrópolis

REQUERIMENTO DE MEDIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: SM002919/2017

SINDICATO E E S V T V S M P T P S T S S J V D O R P R E T O, CNPJ n. 32.002.115/0001-01, localizado(a) à Rua Paulo Barbosa, 233, Edifício Plaza - Sl 02, Centro, Petrópolis/RJ, CEP 25620-100, representado(a) neste ato por seu Presidente, Sr(a). ADRIANO LINHARES DA SILVA;

nos termos do disposto no Decreto 1.572, de 28/7/1995, e na Lei 10.192, de 14/2/2001, solicita(m) a mediação do Ministério do Trabalho e Emprego em reunião entre o(s) requerente(s) e a empresa PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA , a empresa ITAU UNIBANCO S.A. e a empresa ITAU UNIBANCO S.A., para tratar do descumprimento da(o) Convenção Coletiva registrada nesse Ministério sob o número RJ000734/2016, conforme solicitação transmitida pelo sistema MEDIADOR, sob o número SM002919/2017, na data de , às .

22 de março de 2017.

ADRIANO LINHARES DA SILVA
Presidente
SINDICATO E E S V T V S M P T P S T S S J V D O R P R E T O

SRT-ERJ
23/03/2017
Eliane Martins
Administrativo
4926-790

Mais um golpe contra os direitos dos trabalhadores

**PL 4302 que terceiriza todas as atividades
das empresas é aprovado pela maioria da
Câmara dos Deputados**



A Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) vem a público denunciar o golpe promovido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), com a votação a toque de caixa do PL 4302 que permite a terceirização de toda e qualquer atividade das empresas.

Um golpe, uma manobra espúria, pois tal PL 4302, proposto em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso e que, depois de passar no Senado, ficou engavetado. O PL 4302 só foi ressuscitado agora, quando o PL 4330, aprovado na Câmara em abril de 2015, havia provocado um substitutivo global do senador Paulo Paim

que proibia a terceirização das atividades-fim das empresas, tal como era o entendimento consagrado pela Justiça do Trabalho, e iria ser votado no Senado.

Rodrigo Maia, pressionado pela CUT e outras centrais sindicais, havia se comprometido em 13 de março passado a suspender a votação do PL 4302 por pelo menos 30 dias, para que o debate sobre a terceirização pudesse ser feito em toda a sua dimensão. Num verdadeiro “passa moleque”, o presidente da Câmara não honra o compromisso assumido com as centrais e submete a voto um PL que é, na prática, uma mini-reforma trabalhista regressiva que permite a terceirização de todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, atacando todos os seus direitos como férias, 13º Salário, jornada de trabalho, garantias de convenções e acordos coletivos.

Apoiando-se numa maioria de deputados golpistas e corruptos, atendendo à pressão de empresários que querem flexibilizar direitos e precarizar as relações de trabalho para aumentar os seus lucros, como Paulo Skaf da FIESP e seu infame “pato” usado na pressão pelo golpe do impeachment contra a presidenta Dilma, a Câmara dos Deputados acaba de cometer mais um golpe contra os direitos da classe trabalhadora, na noite deste dia 22 de março. Uma vez aprovado na Câmara, o projeto de lei vai diretamente à sanção do ilegítimo presidente Michel Temer.

A CUT não reconhece qualquer legitimidade nessa votação, feita na calada da noite e a toque de caixa, da atual Câmara dos Deputados, desmoralizada diante da opinião pública nacional e internacional pelos sucessivos atropelos de sua maioria à democracia e aos direitos da classe trabalhadora.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

A CUT conclama toda a classe trabalhadora, as demais centrais sindicais, todos os setores da sociedade que compreendem que os direitos trabalhistas são parte essencial dos direitos humanos, á mais ampla mobilização para derrotar, nas ruas e locais de trabalho esse golpe desferido com a aprovação da terceirização em todas as atividades das empresas, abrindo a via para transformar empregos formais e regulamentados, em “bicos” de trabalho precário, temporário e parcial, com salários e direitos rebaixados, inclusive na administração pública.

A CUT confia na capacidade de luta de nosso povo e da classe trabalhadora, demonstrada na grande jornada de 15 de março passado contra o desmonte da Previdência e os ataques aos direitos trabalhistas. Vamos combater a terceirização ilimitada, a PEC 287 (Reforma da Previdência) e o PL 6787 (Reforma Trabalhista) que rasga a CLT,

A CUT indica a realização da Greve Geral de toda a classe trabalhadora no próximo mês de abril e convoca desde já um Dia Nacional de Mobilização em 31 de março.

Nenhum Direito a Menos

Abaixo o PL da Terceirização Ilimitada

Retirada da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista.

Todos Juntos na Greve Geral!

Brasília, 22 de março de 2017

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF